



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL.

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e dos Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Adjunto e do Desenvolvimento Regional, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Despacho n.º 6900-A/2015

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, estabeleceu o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEED), compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais (PO) e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, para o período de 2014-2020.

O aludido decreto-lei previu a extinção das autoridades de gestão dos PO temáticos e regionais do continente do período de programação 2007-2013 e a constituição, no âmbito da estruturação operacional dos fundos da política de coesão, nomeadamente, de quatro PO temáticos (Competitividade e Internacionalização; Inclusão Social e Emprego; Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), de cinco PO regionais no continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e de um programa operacional de assistência técnica.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, criou as estruturas de missão dos referidos programas, designadas por autoridades de gestão, designadamente a autoridade de gestão do Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE), a qual tem por missão a gestão, o acompanhamento e a execução do programa, de acordo com os objetivos e resultados definidos e com observância das regras de gestão constantes da legislação europeia e nacional aplicável, exercendo ainda as competências previstas no Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, designadamente o previsto na alínea *a*) do n.º 4 do artigo 83.º, no que respeita ao encerramento do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, a autoridade de gestão do PO ISE tem ainda por missão, a gestão, o acompanhamento e a execução do programa do Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados.

Da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, decorre que as competências, os direitos e as obrigações da autoridade de gestão do POPH são assumidas pela autoridade de gestão do PO ISE.

Nos termos da referida Resolução do Conselho de Ministros, a autoridade de gestão do PO ISE é composta por uma comissão diretiva e por um secretariado técnico, o qual integra um máximo de 88 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores, assistentes técnicos, assistentes operacionais e coordenadores de projeto.

Ainda nos mesmos termos, o secretariado técnico do PO ISE pode integrar, em simultâneo, um máximo de quatro equipas de projeto de cariz temporário, lideradas por coordenadores de projeto, e o apoio logístico e administrativo à autoridade de gestão é assegurado pela Secretária-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

A autoridade de gestão tem a duração prevista para a execução dos PO, devendo manter a sua atividade até ao envio, à Comissão Europeia, da declaração de encerramento do respetivo programa.

Assim:

Nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, determina-se o seguinte:

1 — É fixado em nove o número máximo de secretários técnicos do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE).

2 — São designados secretários técnicos do PO ISE: Ana Isabel Mota da Silva Coelho, responsável pela Unidade Financeira e Monitorização Estratégica; Ana Luísa Sampaio Cardoso, responsável pela Unidade de Gestão Operacional IV — Empreendedorismo e Igualdade; Carla Cristina da Silva Marques, responsável pela Unidade de Gestão Operacional I — Formação; Luísa Sofia Simões Machado Vieira Vidal, responsável pela Unidade de Auditoria e Controlo; Maria Helena Rocha Sequeira, responsável pela Unidade de Gestão Institucional; Maria Luísa Mira Cachola, responsável pela Unidade de Gestão Operacional II — Emprego; Mónica Isabel Moura Oliveira, responsável pela Unidade de Coordenação; Sandra Maria Lima Ferreira de Sá, responsável pela Unidade de Gestão Operacional III — Inclusão Social; Sónia Cristina Raposo dos Santos Esperto, responsável pela Unidade de Gestão Operacional V — FEAC e Apoios à Deficiência.

3 — As presentes nomeações fundamentam-se na reconhecida aptidão, competência técnica, experiência e formação profissional dos ora designados, conforme resulta das notas curriculares publicadas no anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2015.

18 de junho de 2015. — Em substituição Ministra de Estado e das Finanças, *Helder Manuel Gomes dos Reis*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*. — O Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, *Luís Miguel Pinares Pessoa Maduro*. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*. — O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

ANEXO

Notas curriculares (síntese)

1 — Dados Pessoais

Nome: **Ana Isabel Mota da Silva Coelho**
Data de Nascimento: 12 de março de 1976

2 — Habilitações académicas

- 2014, CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, com média final de 17,3 valores;

- 1999 — Curso de Especialização em Integração Europeia e Internacionalização pela Universidade de Economia de Bratislava, Bratislava, ao abrigo do Programa Sócrates, concluído com média final de 17 valores;

- 1995-1999 — Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, concluído com média final de 16 valores.

3 — Experiência Profissional

- De 2009 até à data — Secretária Técnica do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), responsável pela Unidade de Gestão Financeira e Administrativa;

- 2006-2009 — Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional;

- 2005-2006 — Diretora de Serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional — Estrutura de Projeto de Acompanhamento de Programas Comunitários;

- 2004-2006 — Vogal do Conselho de Administração do Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER);

- 2002-2005 — Técnica Superior no Instituto do Emprego e Formação Profissional — Estrutura de Projeto de Acompanhamento de Programas Comunitários;

- 2001-2002 — Estagiária na Comissão Europeia — Direção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais, Direção de Acompanhamento do Emprego Nacional e da Integração Social e Fundo Social Europeu, Bruxelas;

- 2000-2001 — Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

- 1999 — Estágio na Unesco — Chair for Ecological Awareness and Sustainable Development, ao abrigo do Programa Leonardo da Vinci, Bratislava.

1 — Dados Pessoais:

Nome: **Ana Luísa Sampaio Cardoso**

Data de Nascimento: 15 de dezembro de 1980

2 — Habilitações académicas:

2007 — Licenciatura em Docência do Ensino Básico

- Desenvolvimento, apresentação e defesa da Tese final de licenciatura de um trabalho de investigação sobre “A INCLUSÃO NA DEFICIÊNCIA”, com nota final de 17 valores;

- Desenvolvimento do projeto de Intervenção Socioeducativa com o tema “A Importância dos valores em sociedade” com classificação final do projeto de MUITO BOM;

- Domínio das seguintes plataformas informáticas: Office, SIGO, SIIFSE e NETFORCE.

2008 — Pós-Graduação em Tecnologias de Informação e Comunicação

3 — Experiência profissional:

Desde 2008 até à presente data, tem colaborado com organizações do setor empresarial no âmbito em concreto:

2008 a 2015 — Responsável pelo desenvolvimento de competências ao nível da elaboração, planeamento e definição de estratégias para Projetos de Formação e Formação-Ação e Ações Modelares com as seguintes responsabilidades: Divulgação das ações; Seleção e recrutamento de formandos; Gestão de dados em SIIFSE e SIGO; Emissão de certificados na plataforma SIGO; Elaboração de mapas de pagamentos; Organização de dossiês técnico-pedagógicos; Acompanhamento das ações e avaliação das mesmas; Apoio e orientação aos formadores; Elaboração de mapas de processamento a formandos e formadores; Gestão de materiais e equipamento para formação; Gestão e logística de espaços para a formação; Apoio administrativo e financeiro; Concretização de reuniões com os empresários/diretores/presidentes para definição dos trabalhos a desenvolver; Apoio na Elaboração de candidaturas a programas de formação e formação-ação; Elaboração de diagnósticos e planos de ação.

Ao longo deste período destaca-se ainda a experiência profissional nos seguintes domínios:

Desde junho de 2013 — Colabora nos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF); Constituições de júri; Apoio e acompanhamento na elaboração da PAF (Prova de Avaliação Final) e elaboração de pautas de avaliação intermédia e final;

2012-2013 — Técnica de Apoio Financeiro: Processamento a formandos e formadores; Apoio na elaboração de candidaturas a formação financiada; Elaboração dos reembolsos;

2011 — Construção de projetos de formação para a INCLUSÃO, no âmbito da tipologia 6.1. Formação para a Inclusão das Entidades Beneficiárias — CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ;

Elaboração de Diagnósticos de necessidades de formação, análise e caracterização do meio na área da INCLUSÃO e DEFICIÊNCIA; Realização de relatórios de acompanhamentos e avaliação de cursos de formação;

2009 — Desenvolvimento de Projetos de Formação: Elaboração de Diagnósticos de necessidades de Formação; Análise e caracterização do meio, organizações, atividades profissionais e balanço de competências; Integração da equipa de realização da equipa da realização de projetos de candidatura a pedidos de financiamento para atividades formativas; Integração da equipa de gestão de qualidade da empresa/responsável pela satisfação de clientes; Realização de relatórios de acompanhamento e avaliação do desempenho dos elementos do departamento de formação das empresas; Participação na elaboração de propostas e criação de serviços para a internacionalização de empresas; Participação na elaboração e apresentação da candidatura de formação-ação no terceiro setor (posteriormente aprovada e executada nas regiões centro e norte) no âmbito da tipologia 3.1.2. Programa de Formação-Ação para Entidades da Economia Social; Realização de memórias descritivas de suportes a candidaturas, posteriormente aprovadas e executadas, no âmbito da tipologia 7.6;

2008 — Participação na elaboração de um manual interativo para o 1.º Ciclo em parceria com o Instituto Superior da Maia;

2008 a 2010 — Formação e Acompanhamento de cursos de Educação e Formação de Adultos B2 e B3;

Novembro de 2005 — Participação no Congresso Internacional em Educação Especial “Caminhos para a Inclusão”, ESE Jean Piaget de Vila Nova de Gaia;

Março de 2004 — Colaboradora na organização do seminário “Observação e Registo como Técnica de Recolha de Informação”, ESE Jean Piaget de Vila Nova de Gaia;

Junho de 2004 — Participação no Congresso Bienal da Língua Portuguesa na CPLP, Instituto Jean Piaget de Viseu;

Julho de 2004 — Colaboradora na organização do seminário “Trabalho Infantil e Infância Roubada: Crianças em Risco”, ESE Jean Piaget de Vila Nova de Gaia;

Abril de 2003 — Colaboradora na organização do seminário “Educação para a Cidadania”, ESE Jean Piaget de Vila Nova de Gaia;

Março de 2003 — Colaboradora na organização do seminário “Observação e Análise: Alguns Problemas de Escalas em Estudos de Comunidade”, ESE Jean Piaget de Vila Nova de Gaia.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Carla Cristina da Silva Marques**

Data de nascimento: 07 de maio de 1971

2 — Habilitações académicas

- 2014 — Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

- 1990-1995 — Bacharelato em Engenharia de Produção Agrícola da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

3 — Experiência Profissional

- De 1 de fevereiro de 2009 até à data: Coordenadora de Equipa de Projeto para a Área da Qualificação Inicial da Unidade de Análise I do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) do QREN (2007-2013);

- De 1 de fevereiro de 2006 a 31 de janeiro de 2009: Chefe de projeto da estrutura de apoio técnico da Intervenção Operacional da Educação — PRODEP III do QCA III (2000-2006);

- De 1 de janeiro de 2001 a 31 de janeiro de 2006: Técnica da Estrutura de Apoio Técnico Nacional da Intervenção Operacional da Educação — PRODEP III do QCA III (2000-2006);

- De 1 de setembro de 1995 a 31 de dezembro de 2000: Técnica da Unidade de Gestão do Subprograma 1 — Educação (PRODEP II) do QCA II (1994-1999).

1 — Dados Pessoais

Nome: **Luísa Sofia Simões Machado Vieira Vidal**

Data de nascimento: 19 de outubro de 1976.

2 — Habilitações académicas:

- 2014 — Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

- Pós-Graduação em Auditoria e Revisão de Contas no OVERGEST/ISCTE (2002/2003);

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) (1994-1998).

3 — Experiência profissional:

- Técnica Superior Principal, com subdelegação de competências, a exercer funções equiparadas a Coordenadora de Equipa de Projeto na Unidade de Análise I do Programa Operacional Potencial Humano / QREN;

- Coordenadora de Equipa de Projeto na Unidade de Análise I do Programa Operacional Potencial Humano / QREN (2009-2012);

- Técnica Superior Principal na equipa de Controlo 1.º nível do Gabinete de Gestão do PRODEP III (2001-2008) ao abrigo do QCA III;

- Técnica Superior na GTPME, Gestão e Tecnologia para a Modernização Empresarial, S. A. (2000-2001);

- Técnica Superior no Gabinete de Acompanhamento e Verificação de Projetos do IAPMEI (1998-2000), ao abrigo do QCA II.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Maria Helena Rocha Sequeira**

Data de nascimento: 24 de janeiro de 1969

2 — Habilitações académicas:

- 2006 — Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração;

- 2005 — Pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

- 2004 — Pós-graduação em Direito da Saúde, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica;

- 1993 — Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

- Desde 1 de fevereiro de 2012, Assessora do Secretário de Estado do Emprego, responsável pelo acompanhamento dos assuntos relacionados com o Fundo Social Europeu, tendo integrado os grupos de trabalho que elaboraram a programação do Portugal 2020 e do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego. Participou nas negociações com a Comissão Europeia do Acordo de Parceria Portugal 2020 e do Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e foi membro da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu e do Conselho Geral da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.;

- Entre 2005 e 2012, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos no Instituto Camões, I. P., responsável pela gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e pela gestão administrativa. Foi membro do Conselho Coordenador da Avaliação e da Comissão Paritária do Instituto Camões, I. P.;

- Entre 2002 e 2005, Adjunta e Chefe de Gabinete em substituição dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, responsável pelo acompanhamento dos processos e das matérias relacionadas com a gestão orçamental, financeira e patrimonial, contratação pública, recursos humanos e contencioso administrativo. Foi membro da Comissão de Acompanhamento da transformação dos hospitais em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos e participou na redação do pacote legislativo de transformação dos hospitais em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos;

- Desde 1997, Inspectora da carreira especial de inspeção da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, exercendo funções de auditoria aos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde;

- Entre 1994 e 1997, Jurista no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, com funções de acompanhamento dos processos de contencioso administrativo e de execução fiscal e elaboração de pareceres e informações de natureza jurídica.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Maria Luísa Mira Cachola**

Data de Nascimento: 3 de abril de 1966

2 — Habilitações académicas:

- 2014, CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

- 1993, Licenciatura em Economia, Universidade Lusíada.

3 — Experiência Profissional:

- Desde de setembro de 2012 até à data, Secretária Técnica da Unidade de Análise II do Programa Operacional Potencial Humano;

- De fevereiro de 2009 a setembro 2012, Coordenadora de equipa de projeto da Unidade de Análise II do Programa Operacional do Potencial Humano;

- De janeiro de 2007 a janeiro de 2009, Coordenadora da Estrutura de Projeto de Gestão e Análise da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

- De janeiro de 2001 a dezembro de 2006, Técnica Superior da Estrutura de Projeto de Gestão e Análise da Intervenção Desconcentrada do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

- De setembro de 1997 a dezembro de 2000, Técnica Superior da Unidade de Análise da Região de Lisboa e Vale do Tejo, da Estrutura do Programa Operacional Formação Profissional e Emprego POEFP — PESSOA.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Mónica Isabel Moura Oliveira**

Data de Nascimento: 20 de setembro de 1973

2 — Habilitações académicas

- 2014, CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, com nota final de 18 valores, Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores da Administração Pública (INA);

- 1996: Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto).

3 — Experiência Profissional

- Desde 1 de agosto de 2010: Secretária Técnica do Núcleo Regional do Norte, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH/QREN);

- De 1 de fevereiro de 2009 a 31 de julho de 2010: Coordenadora de Equipa de Projeto do Núcleo Regional do Norte, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH/QREN);

- De 13 de outubro de 2004 a 31 de janeiro de 2009: Chefe de Divisão da Unidade de Controlo de 1.º Nível da Região Norte, do Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFD/SCAIII);

- De 29 de maio de 2001 a 12 de outubro de 2004: Coordenadora do Núcleo de Análise da Unidade de Análise da Região Norte, do Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFD/SCAIII);

- De 5 de maio de 2000 a 28 de maio de 2001: Coordenadora do Núcleo de Análise de Processos da Unidade Técnica de Análise do Norte, do Programa Operacional de Formação Profissional e Emprego (Pessoa/QCAII);

- De 20 de janeiro de 1997 a 19 de janeiro de 2000: Técnica Superior na Unidade Técnica de Análise do Norte, do Programa Operacional de Formação Profissional e Emprego (Pessoa/QCAII), com funções de análise de candidaturas e de prestações de contas apresentadas no âmbito dos projetos cofinanciados.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Sandra Maria Lima Ferreira de Sá**

Data de Nascimento: 01/03/1970

2 — Habilitações académicas:

- 2014, FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA — Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores da Administração Pública;

- 1989/94: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (Instituto Superior de Novas Profissões).

3 — Experiência Profissional:

- Técnica Superior Consultora do Instituto de Emprego e Formação Profissional, contratada desde 1995, atualmente a prestar serviço no POPH — Programa Operacional do Potencial Humano, em regime de mobilidade interna; Principais cargos de direção desempenhados:

- Coordenadora de Equipa de Projeto para a Área da Formação e Certificação de Adultos na Região Norte do POPH;

- Diretora de Serviços da Estrutura de Projetos e Acompanhamento de Programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional — Serviços Centrais;

- Chefe de Divisão na Estrutura de Análise de Projetos do POEFP — Programa Operacional do Emprego Formação e Desenvolvimento Social;

- Coordenadora do Núcleo de Análise de Processos, do PESSOA — Programa Operacional Formação Profissional e Emprego;

Outras funções:

- Formadora, em várias ações de formação profissional, promovidas pela Direção de Serviços de Formação Interna do IEFP;

- Membro do grupo de peritos de análise e emissão de pareceres no âmbito do Programa Leonardo Da Vinci da Comissão Europeia, setembro de 1995;

- Técnica contratada em regime de prestação de serviços pelo IEFP, no período de 1991-1995, com funções de análise técnica-financeira dos projetos cofinanciados pelos Programas Operacionais para o Emprego e Formação Profissional — Vertente do Fundo Social Europeu — QCA I e II.

1 — Dados Pessoais

Nome: **Sónia Cristina Raposo dos Santos Esperto**

Data de Nascimento: 27 de julho de 1975

2 — Habilitações académicas:

- Fevereiro de 2015 — Curso Básico de Programação Neurolinguística, Chunking Up — PNL;

- 2013 — CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas;

- Maio de 2008 — Curso de Formação Profissional de Língua Gestual — Nível de formação IV, Associação Portuguesa de Surdos;

- Entre julho de 2008 e janeiro de 2009 — Curso de Formação Profissional em Marketing Territorial I e II;

- 2009 — Curso de Formação Profissional de Qualificadores/Facilitadores das Redes Sociais Locais;

- Entre 2001 até 2003 — Curso de Formação em Intervenção Sistémica Familiar, credenciada em julho de 2010, pela Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar como Terapeuta Familiar e Interventor Sistémico;

- Entre 1994 até 1999 — Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

3 — Experiência Profissional:

- Desde 17 de outubro de 2011 — Assessora do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, responsável pelo acompanhamento e participação na definição dos instrumentos de política pública da área da deficiência e consequente execução, no âmbito de competências do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS). Membro do Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho n.º 6306/2012, de 14 de maio e da Comissão prevista no n.º 5 da RCM n.º 37/2013, de 11 de junho, responsável pela revisão do enquadramento legal do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens.

- Desde 5 de dezembro de 2011 — Conselheira para a Igualdade efetiva do MSESS, responsável para coordenação da implementação do Plano de Ação para a Igualdade nos organismos sob tutela do MSESS e a articulação com a secção interministerial do conselho consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no âmbito da execução dos Planos Nacionais para a igualdade de género, cidadania e não discriminação.

- Agosto de 2011 até outubro de 2011 — Técnica superior no Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, I. P., com funções de elaboração de pareceres técnicos e instrumentos de monitorização na área do desenvolvimento social e deficiência, formadora no DRH — Centro de Competências para a Formação do ISS, I. P., nas áreas temáticas da intervenção social e deficiência — Atendimento a pessoas com necessidades especiais. Responsável pelo apoio técnico às estruturas de parceria local que funcionam sob a coordenação da Segurança Social, no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Membro da equipa técnica responsável pela elaboração de Modelos de Avaliação da Qualidade das respostas Sociais, publicados em 2007. Colaboração enquanto perita técnica com o Instituto Português da Acreditação, no âmbito da auditoria de acreditação de entidades e organismos, para a qualidade nas respostas sociais de deficiência. Participação na elaboração de regulamentação das respostas sociais da área da deficiência. Membro do Grupo de Trabalho para Auditoria Social e Acompanhamento às Instituições de Acolhimento permanente de pessoas com deficiência (Despacho n.º 6980/2003, 2.ª Série), cujos resultados do estudo qualitativo integram o Manual de Boas práticas publicado — Um guia para o acolhimento residencial das pessoas em situação de deficiência.

- Setembro de 1999 até agosto de 2011 — Assistente social na Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades, CRL, em Lisboa, responsável pelo acompanhamento e avaliação do processo de integração socioprofissional de jovens com deficiência intelectual.

208733472

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA DEFESA NACIONAL

Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto
e do Orçamento e da Secretária
de Estado Adjunta e da Defesa Nacional

Portaria n.º 482-A/2015

O Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio, procedeu à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, que aprovou o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM), tornando possível a inscrição neste subsistema de todos os cônjuges não separados de pessoas e bens, dos cônjuges sobreviventes, dos unidos de facto e dos unidos de facto sobreviventes, dos beneficiários titulares que não sejam beneficiários titulares de outro subsistema público de assistência na doença, nem tenham renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de assistência na doença. Para tal, procedeu à criação de uma nova categoria, a de beneficiário associado.

O n.º 3 do artigo 5.º-B do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, dispõe que o regime jurídico aplicável aos beneficiários associados da ADM é definido por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional, pelo que, nesta conformidade, cumpre definir o referido regime para a nova categoria de beneficiário.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º-B do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio,

manda o Governo, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e pela Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria aprova o regime aplicável aos beneficiários associados da ADM, em cumprimento do previsto no artigo 5.º-B do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio.

Artigo 2.º

Direitos e deveres

Os beneficiários associados, inscritos na ADM ao abrigo do disposto no artigo 5.º-B do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, na sua redação atual, ou do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que os beneficiários familiares ou equiparados da ADM, com as ressalvas constantes da presente portaria.

Artigo 3.º

Inscrição

1 — A inscrição na ADM, como beneficiário associado, processa-se mediante requerimento apresentado nos seguintes termos:

- Pelo beneficiário titular e pelo respetivo cônjuge ou unido de facto;
- Pelo cônjuge ou unido de facto sobrevivente de beneficiário titular.

2 — A aquisição da condição de beneficiário associado produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da aceitação da inscrição.

3 — A inscrição dos beneficiários a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 81/2015, de 15 de maio, deve ser exercida no prazo de três meses a contar da data de entrada em vigor da presente portaria.

Artigo 4.º

Renovação da inscrição

A renovação da inscrição como beneficiário associado ocorre anualmente, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 5.º

Perda da condição de beneficiário

1 — Os beneficiários associados perdem esta condição caso se verifique alguma das seguintes situações:

- Divórcio;
- Separação judicial de pessoas e bens;
- Dissolução da união de facto;
- Perda da qualidade de beneficiário titular por parte do cônjuge ou da pessoa com quem estejam unidos de facto;
- Transição para a categoria de beneficiário familiar nos termos previstos no artigo 6.º
- Renúncia à inscrição nos termos previstos no artigo 7.º

2 — A entidade gestora da ADM deve comunicar às entidades referidas no n.º 1 do artigo 8.º a perda da condição de beneficiário associado, a data a partir da qual se verificou e a situação que a determinou.

Artigo 6.º

Transição para a categoria de beneficiário familiar

1 — O beneficiário associado que passe a reunir as condições exigidas para a inscrição como beneficiário familiar da ADM pode requerer a transição para essa categoria.

2 — A transição para a categoria de beneficiário familiar produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da aceitação da transição.

Artigo 7.º

Renúncia à condição de beneficiário associado

1 — O beneficiário associado pode, a todo o tempo, renunciar à sua inscrição na ADM como beneficiário associado, assumindo a renúncia carácter definitivo.